Portugal.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

PLANO INTERCALAR DE FOMENTO

PARA 1965-1967

Com a Lei n.º 2123, de 14 de Dezembro de 1964,
autorizando a sua organização e execução

VOLUME II

INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT
Joint Library
Washington 25, D. C.

LISBOA — IMPRENSA NACIONAL — 1964

77313

CAPITULO IV

Província de Angola

§ 1.º Evolução recente, situação actual e perspectivas

1) Meio

1. A província de Angola situa-se na região intertropical, cobrindo cerca de 1 250 000 km², distribuídos por dois territórios geogràficamente isolados pelo rio Zaire e uma pequena parcela da República do Congo (Léopoldville). O território principal forma um grande quadrilátero com aproximadamente 1300 km no sentido este-oeste, tendo cerca de 4800 km de fronteiras terrestres e 1600 km de costa.

Do ponto de vista orográfico, podem distinguir-se três grandes zonas: a *litoral*, com altitudes entre 0 m e 400 m, acompanhando a costa do norte ao sul; a *subplanáltica*, com altitudes entre 400 m e 700 m e que se distribui de forma irregular do norte ao sul, acompanhando a zona litoral, mas surgindo de forma isolada ao longo da fronteira com o Congo (Léopoldville), e a *planáltica*, que pode ainda ser subdividida em duas: do primeiro planalto e do segundo planalto, com altitudes acima dos 1000 m e que abrange a quase totalidade do território da província de Angola. As características orográficas da província tornam impossível a navegabilidade dos seus rios em grandes extensões, mas facultam, em contraposição, grandes potencialidades de aproveitamento hidroeléctrico, nomeadamente nos rios Cuanza, Catumbela, Cunene e Queve.

Regista-se considerável variedade climática, desde o clima tropical de transição para o equatorial até ao mesotérmico de altitude. A zona litoral caracteriza-se por um clima tropical, variando desde o tropical de transição para o equatorial do distrito de Cabinda, até ao subtropical na região de Moçâmedes. Os planaltos beneficiam de um clima mesotérmico de altitude.

2. A população era, segundo o censo de 1960, de 4 840 719 habitantes, dos quais 172 529 brancos e 53 392 mestiços. A sua distribuição geográfica caracteriza-se por acentuada concentração nos distritos de Luanda e do Congo, do Bié, de Huambo e de Benguela, onde se registam densidades que vão de 11 a 20 habitantes por quilómetro quadrado, quando a densidade global é de 3,9. Esta tendência para a concentração verifica-se também ao escalão dos concelhos, coexistindo, pois, situações de verdadeiro vazio demográfico com situações de elevada concentração demográfica.

O crescimento da população foi, no último decénio, de 1,7 por cento (média anual).

A estrutura social destas populações caracteriza-se por uma estratificação em duas camadas sócio-económicas principais, de que uma apresenta nível cultural e económico alto e fornece os quadros económicos e administrativos da província, e de que a outra, vivendo ainda parcialmente segundo os usos e costumes tradicionais, se situa numa economia de transição.

2) Recursos naturais

3. Os trabalhos de reconhecimento mostram que o subsolo é muito rico em recursos mineiros.

Do ponto de vista agrícola, as características oroclimáticas possibilitam, com as limitações derivadas das características pedológicas, uma gama de potencialidades muito ampla para a produção agrícola e pecuária, que vai desde os produtos tropicais até aos climas frios. Bastará a este respeito apontar terem sido identificadas nada menos de 36 zonas agrícolas distintas.

Por outro lado, e como já foi apontado, as características oroidrográficas da província são de natureza a facilitar o aproveitamento em maior escala dos potenciais hidroeléctricos das bacias do Cuanza, do Catumbela, do Cunene e do Queve.

3) Infra-estruturas

4. No que se refere a transportes, Angola possui três caminhos de ferro — o de Luanda, o de Benguela e o de Moçâmedes —, que, partindo de portos modernos, se internam ou atravessam o território da província. O primeiro destes caminhos de ferro termina em Malanje, o segundo vai ligar com a rede ferroviária da República

do Congo (Léopoldville), integrando-se assim no sistema de drenagem das zonas mineiras do Catanga e da Rodésia do Norte, e o terceiro atravessa o planalto de Moçâmedes, chegando já a Serpa Pinto.

5. A rede rodoviária, com cerca de 35 000 km de extensão, vem sendo progressivamente modernizada, mas os custos de transporte são bastante elevados e não é possível garantir por enquanto a sua integral utilização nas épocas da chuva. Tal facto não impede, porém, que uma proporção muito importante de todo o tráfego interno se processe recorrendo a este meio de transporte.

6. Existe ainda navegação de cabotagem, insuficientemente dotada com unidades capazes. Uma rede de transportes aéreos regulares, completada com empresas de táxis aéreos, assegura a ligação entre os principais centros urbanos em condições satisfatórias, começando a desenvolver-se o transporte aéreo de mercadorias.

7. No domínio da produção de energia eléctrica na zona Luanda-Dondo-Malanje as principais realizações do sector referem-se aos aproveitamentos hidroeléctricos das Mabubas, no Dande, e de Cambambe, no Cuanza, cujo funcionamento se iniciou em 1954–1957 (1.ª–2.ª fases) e 1962, respectivamente.

Na zona Lobito-Benguela-Alto Catumbela-Nova Lisboa os empreendimentos de maior importância são os aproveitamentos do Biópio e de Lomaum, no rio Catumbela; o primeiro iniciou em 1957 o fornecimento de energia às cidades do Lobito e Benguela.

Na zona Moçâmedes-Sá da Bandeira-Cunene a realização de maior vulto no campo da produção é o aproveitamento hidráulico da Matala, no rio Cunene.

Inicialmente, o aproveitamento tinha por objectivo, além do colonato da Matala, uma 2.ª fase de colonização apoiada na água do Cunene bombada com a energia da central, destinando-se a restante energia ao abastecimento de Sá da Bandeira. Mais tarde, no decurso do I Plano de Fomento, foi alterada a orientação inicial, mantendo-se o colonato da Matala e a utilização da energia permanente disponível para o abastecimento de toda a zona de desenvolvimento, que inclui Sá da Bandeira, Moçâmedes e Porto Alexandre.

No campo do transporte construíram-se as linhas aéreas de ligação daqueles aproveitamentos à cidade de Luanda

e as respectivas subestações terminais: linha dupla de 60 kV desde as Mabubas com afastamento entre condutores previsto para uma posterior passagem à tensão de 110 kV, e linha simples de 220 kV a partir de Cambambe com a ligação à chamada subestação 11 de 220/60/15 kV.

Quanto a realizações no domínio da distribuição assinala-se a rede suburbana de grande distribuição a 15 kV para Cacuaco, Belas e Viana; a linha Cambambe-Dondo também de 15 kV, e, finalmente, a remodelação e ampliação, que prosseguem ainda, da rede de grande e pequena distribuição da cidade de Luanda.

No campo do transporte assinalam-se a linha de 60 kV Biópio-Catumbela e as linhas de 150 kV Biópio-Lomaum-Alto Catumbela (actualmente a funcionar a 60 kV) e Alto Catumbela-Nova Lisboa, pronta a entrar em funcionamento. As pequenas centrais hidroeléctricas ligam às suas subestações por linhas de 22,5 kV (Nova Lisboa) e 20 kV (Catumbela).

Finalmente, refere-se a rede de grande distribuição composta pelas linhas iniciais a 20 kV e duas outras linhas mais recentes a 30 kV ligando a subestação de Catumbela a Lobito e Benguela, juntamente com a linha também a 30 kV Benguela-Baía Farta; e a rede de distribuição urbana naquelas cidades com as sucessivas ampliações ao longo dos anos.

No domínio do transporte contam-se as linhas Matala-Sá da Bandeira (150 kV) e Sá da Bandeira-Moçâmedes (60 kV), estando em curso de montagem a linha Moçâmedes-Porto Alexandre (60 kV).

A rede de grande distribuição a 15 kV estende-se a todo o planalto de Humpata-Chibia-Tchivinguiro, atingindo ainda outras povoações mais pequenas situadas no mesmo perímetro. Actualmente está em montagem a ligação ao posto do Caraculo.

As características do aproveitamento da Matala, com um elevado grau de sobrepotência na central (utilização anual de 1600 horas para a potência útil com o nível actual de regularização), deixam prever que a saturação das suas possibilidades se deverá verificar em energia muito antes que em potência.

Esta conclusão levanta, como é evidente, o problema da regularização da Matala, de modo a permitir a máxima utilização possível da sua potência útil (pelo menos até ao valor de utilização da ponta da rede).

4) Estrutura económica

8. Coexistem em Angola dois tipos de economia, um de subsistência, outro de mercado, por vezes tão intimamente ligados que pode chegar-se a duvidar da realidade ou, pelo menos, da relevância desse dualismo. A verdade, porém, é que tal interpenetração não significa que esse dualismo tenha desaparecido, mas apenas que se tem atenuado.

Destas duas estruturas económicas, a que se designou, por facilidade de expressão, como de subsistência (termo que deverá ser entendido como significando o predomínio das actividades produtivas destinadas ao autoconsumo, mas não a exclusão de vendas, em maior ou menor escala, de produtos à economia de mercado) concentra-se na produção agrícola e pecuária, nela se originando a totalidade ou quase totalidade do milho, do feijão, da ervilha, do ricino, do arroz, do óleo de palma e coconote, do gado bovino e do algodão, que são objecto de comercialização e exportação.

Na economia de mercado enquadram-se todas as actividades de natureza empresarial, nela se situando, pois, as explorações mineiras, as actividades transformadoras, o comércio, os serviços, e, no que se refere à agricultura, certas produções exigindo investimentos vultosos e explorações mais complexas, como sejam o açúcar, o sisal e o café.

Os contactos entre estas duas economias processam-se:

1.º Através da rede de comercialização, que, aos seus diversos níveis, assegura, pelas suas ramificações — até ao comerciante rural —, a drenagem dos produtos da economia de subsistência para os centros consumidores ou de exportação, bem como a satisfação das necessidades insusceptíveis de auto-satisfação pela produção tradicional;

2.º Através da mão-de-obra empregada nas explorações de tipo empresarial.

9. A produção agrícola comercializada pela economia de subsistência tem carácter marginal e apresenta uma elasticidade preço/produção muito baixa, circunstância que reflecte, em grande parte, o facto de uma proporção elevada dos preços ser absorvida pela rede de comercialização.

Por seu lado, a agricultura empresarial está virada nitidamente para a exportação, dependendo, como é evidente, das flutuações dos preços internacionais. A produção mineira está a cargo de um número restrito de empresas e abrange, por agora, praticamente cinco produtos: diaman-

tes, petróleo, ferro, manganés e sal. Todos estes produtos se destinam à exportação em bruto, salvo o petróleo, que é refinado localmente para satisfação dos consumos locais, e o sal, que conta também com consumo local.

10. As actividades piscatórias atingiram bastante desenvolvimento, ainda que segundo processos técnico-económicos deficientes. A produção destina-se em parte ao mercado local, sendo, porém, a exportação o seu principal destino.

11. O sector industrial, ainda pouco desenvolvido, embora em franco progresso, concentra-se na produção de bens de consumo local ou na intervenção no processo de valorização de produtos locais para exportação.

12. A estrutura bancária compreende por ora o banco emissor da província, um banco comercial, uma delegação do Banco de Fomento Nacional e duas caixas de crédito, uma especializada em crédito agro-pecuário, a Caixa de Crédito Agro-Pecuário, e outra fazendo principalmente crédito imobiliário, a Caixa Económica Postal.

13. Não dispondo de rendimentos vultosos provenientes da prestação de serviços, nem de avultadas remessas de emigrantes ou de apreciáveis receitas de turismo, está a economia de Angola dependente, para satisfação dos suas necessidades em equipamento e em alguns produtos de que carece para satisfazer as suas necessidades, do produto das suas exportações.

A análise destas revela um elevado grau de concentração: o índice de concentração é de 0,8 e exerce-se sobre três ou quatro produtos primários.

Outra realidade que importa não esquecer, quando se procura definir os traços fundamentais da economia angolana, consiste na combinação de uma nítida tendência para um crescimento constante, ainda que a ritmo variável, das importações, crescimento este que se tem processado independentemente da capacidade de importar, sendo ainda de contar com algumas transferências dos rendimentos do trabalho e de lucros. De tal combinação resultam inevitáveis pressões cambiais, cuja causa não poderá ser combatida agindo apenas sobre os aspectos sintomáticos do problema.

Estamos, pois, perante uma economia vulnerável às flutuações das cotações internacionais dos produtos primá-

rios que constituem a sua exportação de que depende a sua capacidade de adquirir equipamento. Estas flutuações atingem mais desfavoràvelmente o sector da produção, uma vez que não existam mecanismos de composição e, quando em baixa, a rede comercial tender a transferir os inconvenientes para o produtor, e os movimentos de alta se reflectirem de modo menos sensível, dada a viscosidade do sistema comercial e a fraca elasticidade de preço/produção.

14. Embora não seja possível dispor de dados objectivos sobre o valor dos investimentos efectuados em período recente, eles podem avaliar-se com base num inquérito referente aos anos de 1953 a 1955 em cerca de 2 000 000 de contos anuais, valor este que se julga errar por excesso, dadas as condições em que o inquérito foi planeado. Processos indirectos de avaliação utilizados para os anos de 1961 a 1963 conduzem a valores da ordem do milhão e meio de contos anuais. Parece, por isso, que se torna desejável aumentar o nível de investimentos, objectivo este que constitui tarefa difícil, visto envolver reforma de estruturas e modificações de atitudes por parte de sectores dominantes da economia. O alargamento das possibilidades de intervenção do Estado no desenvolvimento económico parece ser indispensável para lutar contra certa propensão actualmente verificada para transferir para o exterior uma parte da poupança local, que apresenta, além disso, uma manifesta preferência pelos investimentos imobiliários.

5) Infra-estruturas sociais

a) Educação

15. A evolução no período de 1953–1962 foi muito favorável, em particular a partir de 1958–1959. Em 1962 havia 122 077 alunos do ensino primário oficial, incluindo o ensino de adaptação.

Atendendo à necessidade de prosseguirem nas nossas províncias ultramarinas os programas de desenvolvimento comunitário, foram esses programas considerados na nova orgânica do ensino primário (Decreto-Lei n.º 45 908, que promulgou a reforma do ensino primário elementar a ministrar nas províncias ultramarinas).

Os resultados satisfatórios do curso de auxiliares de educação rural parecem confirmar a utilidade de uma acção educativa de base.

No ano de 1962 foram criados os Estudos Gerais Universitários de Angola, tendo as suas actividades sido iniciadas no ano seguinte com os cursos de Ciências Pedagógicas, Médico-Cirúrgico, de Engenharia Civil, de Engenharia de Minas, de Engenharia Mecânica, de Engenharia Electrotécnica, de Engenharia Químico-Industrial, superior de Agronomia, superior de Silvicultura e de Medicina Veterinária.

b) **Saúde e assistência**

16. A cobertura sanitária e hospitalar oficial era a seguinte em 1962:

QUADRO I

Cobertura sanitária e hospitalar oficial

Designação	1962
Divisão sanitária:	
Delegações	87
Subdelegações	—
Postos	206
Estabelecimentos destinados a internamento e tratamento de doentes:	
Hospitais	15
Centros de saúde:	
Dispensários de puericultura	8
Dispensários antituberculosos	6
Maternidades	35
Manicómios	1
Gafarias	7
Laboratórios anexos:	
Bacteriológicos e de análises clínicas	5
Farmacológicos	1
Outros	77
Pessoal em serviço:	
Médicos	260
Analistas (médicos)	8
Farmacêuticos	19
Enfermeiros e ajudantes	594
Parteiras e parteiras auxiliares	62
Outro pessoal	529

Há ainda que ter em conta a comparticipação muito importante das missões e das empresas privadas no domínio da assistência médico-sanitária, de que se dá conta no quadro seguinte:

QUADRO II

Cobertura sanitária e hospitalar das missões religiosas

Designação	1963
Hospitais das missões religiosas	13
Hospitais particulares	57
Postos sanitários das missões religiosas	45
Postos sanitários particulares	428
Maternidades das missões religiosas	8
Maternidades particulares	7
Leprosarias das missões religiosas	3
Médicos particulares	122
Farmacêuticos particulares	77
Enfermeiras e auxiliares de enfermagem	435
Parteiras e parteiras auxiliares	75

17. Pelo Decreto n.º 45 818, que promulgou o Regulamento Geral das Escolas Técnicas dos Serviços de Saúde e Assistência do Ultramar, foram criados vários cursos de formação básica, de especialização, de aperfeiçoamento e de actualização. Entre estes destacam-se os seguintes: curso de enfermagem pública, curso de enfermagem auxiliar de saúde pública, curso de visitadora sanitária, curso de educador sanitário, curso de educador de saúde pública, curso de microscopista, curso de enfermeira-parteira puericultora, curso de auxiliar de enfermeira-parteira puericultora, etc.

Os alunos matriculados no ano lectivo de 1963–1964 atingiram o número total de 270.

§ 2.º Objectivos do Plano Intercalar de Fomento para 1965–1967

18. A análise feita, ainda que incompleta, permite destacar os seguintes traços fundamentais da economia angolana:

1) Abundância de recursos naturais;
2) Fraca densidade populacional;

3) Nível cultural e técnico de sectores importantes da sua população ainda insuficiente;

4) Vulnerabilidade às flutuações dos preços internacionais dos produtos primários, resultante de excessiva concentração das suas exportações;

5) Insuficiente mobilização de poupanças locais para investimento na própria economia, com tendência para o investimento imobiliário.

Nestes termos, é óbvio que a solução do problema de aceleração do ritmo de crescimento económico de Angola terá de ser procurada através da expansão das suas produções, de diversificação das suas exportações e da redução do grau de dependência das suas importações pelo desenvolvimento da produção interna para consumo. Os factores estratégicos de efectivação de tal solução serão:

A) O aumento da produtividade na agricultura — o que permitirá aumentar a produção em termos absolutos e dispensar mão-de-obra para outros sectores;

B) A intensificação do processo de industrialização;

C) A elevação do nível do investimento das poupanças locais na própria economia;

D) A melhoria do nível cultural e técnico das populações.

A) Aumento da produtividade na agricultura

19. No caso de Angola estamos perante uma zona insuficientemente desenvolvida de fraca densidade populacional. Não há, assim, que absorver, em trabalhos úteis, mão-de-obra rural sobrante, mas sim que libertar mão-de-obra que está efectivamente empregada, ainda que a baixo nível de produtividade, na agricultura para outras actividades e, simultâneamente, assegurar acréscimo da produção global nos vários sectores.

A formação de capital e a industrialização estariam, pois, nesta hipótese, influenciadas pelo desenvolvimento da agricultura.

Para que seja possível alcançar o desejado aumento de nível de produtividade na agricultura haverá que agir tanto no sector evoluído como no tradicional, ainda que, como é óbvio, seja este último o que exigirá maior concentração de esforços, não só por o nível técnico ser

menor como pela circunstância evidente de ser consideràvelmente mais amplo o âmbito de acção.

De um modo geral, e sem que isto signifique a minimização do papel dos investimentos na melhoria do nível de produtividade agrícola, torna-se possível esperar neste campo resultados significativos através da aplicação de métodos não exigindo avultados investimentos. Está-se, com efeito, num domínio em que a acção educativa e os serviços de extensão e de assistência técnica, bem como a montagem ou a racionalização de redes de comercialização e de armazenagem, podem ter uma repercussão de maior nível produtivo imediato do que vultosos investimentos. A distribuição de sementes seleccionadas, os tratamentos com insecticidas, a aplicação de adubos, a assistência técnica ao agricultor (directa e ao seu nível cultural), as vacinações, os banhos carracicidas, os postos de inseminação artificial, o pequeno crédito agrícola facilitando a soldagem de ciclos agrícolas necessários sem o recurso à usura, a criação de redes de comercialização supletivas da normal como meio de defesa do pequeno produtor, as pequenas obras de hidráulica, a montagem de redes de armazenagem permitindo diminuir os riscos das perdas por deterioração das colheitas, são soluções relativamente baratas e susceptíveis de produzir resultados muitas vezes espectaculares.

Para além deste ataque, numa frente larga, mas exigindo meios financeiros relativamente modestos, que se processará principalmente no sector tradicional, há que fomentar por vários meios (crédito agrícola, subsídios para a realização de determinados melhoramentos, assistência técnica, realização ou comparticipação de obras hidráulicas, etc.) a produção do sector empresarial, visando, quer o aumento da produção em termos absolutos (como se conseguiria criando novas explorações ou ampliando as existentes), quer a melhoria do nível de produtividade.

Todos estes esforços de aumento de nível produtivo do sector agrícola devem ser orientados para culturas para as quais os estudos feitos indiquem a certeza ou pelo menos grande probabilidade de mercados assegurados. *A criação* de sistemas de «fundos de compensação» ou «*marketing boards*» poderá permitir em muitos casos estabilizar os preços no produtor e ao mesmo tempo obter fundos para os investimentos necessários.

B) Intensificação do processo de industrialização

20. Quando se considera a intensificação do processo de industrialização como factor estratégico no desenvolvimento de uma dada economia, tem-se em vista não só a introdução nessa economia de unidades de maior grau de produtividade do que é normalmente viável na agricultura como em especial o impacte psicológico, particularmente favorável à criação de atmosfera de crescimento económico e do aparecimento de unidades fabris.

Porém, os condicionalismos que dificultam a criação de novas indústrias em economias subdesenvolvidas (falta de empresários e de pessoal qualificado, insuficiência de economias externas, pequenas dimensões dos mercados locais, etc.) impõem neste caso uma intervenção estadual decidida e orientada segundo programas devidamente estruturados e concertados com vista ao eficiente aproveitamento possível dos recursos locais — matérias-primas, energia e pessoal — para empreendimentos industriais destinados a satisfazer consumos locais, dispensando importações ou mercados externos, ganhando novas exportações. Esta intervenção estadual caracteriza-se por uma gama de formas de actuação suficientemente ampla para ser possível em cada caso aplicar o método mais conveniente, tendo em vista que, por princípio, se pretende incentivar e completar a iniciativa privada e não substituí-la.

C) Elevação do nível de investimentos, na própria economia, das poupanças locais

21. O quadro seguinte mostra os valores das transferências de rendimentos livres efectuadas nos últimos anos através do Fundo Cambial:

QUADRO III

Anos	Saída de cambiais para		
	Juros, lucros e rendas	Transferências de particulares	Total
1962	120 719	455 305	576 024
1961	223 849	529 571	753 420
1960	289 620	416 846	706 466

Entendendo-se como factor estratégico do desenvolvimento económico em Angola o aumento dos investimentos, na sua própria economia, do produto das poupanças locais, considera-se essencial procurar encaminhar na medida do possível o fluxo dos rendimentos livres (por reformas fiscais, pelo estabelecimento de sistemas de previdência social, pelo recurso à emissão de obrigações reembolsáveis em qualquer parcela do território nacional, etc.) para investimentos na província. A criação de um fluxo paralelo, mas de sinal contrário, de investimentos externos, ainda que muito útil, não constituiria por si só solução satisfatória, dado o inevitável acréscimo dos rendimentos livres. De qualquer modo, importa estimular tais investimentos na medida em que concorram para reduzir as importações ou aumentar as exportações, aliviando pressões cambiais à escala do espaço nacional.

D) Melhoria do nível cultural e técnico das populações

22. O factor mais importante do desenvolvimento económico de um território é, sem dúvida, constituído pelas potencialidades da respectiva população, que são normalmente o reflexo directo do nível sanitário, cultural e técnico atingido.

E da valorização física e intelectual das populações que poderão nascer movimentos decisivos de progresso económico, baseando-se estes, como se baseiam, na capacidade de produzir e no desejo de consumir.

O combate às endemias, a melhoria nos serviços de assistência médica, a adopção de regimes alimentares mais apropriados, o incremento da alfabetização das populações, a divulgação de novas técnicas e processos de trabalho na agricultura, a formação de pessoal técnico e especializado, o ensino secundário e superior, a educação e informação da população adulta, são tantos outros métodos que vêm, aliás, sendo empregados intensamente, no sentido de acelerar a realização de potencialidades ainda não utilizadas da população. O recurso, além disso, ao povoamento com elementos vindos de outras parcelas do território nacional permitirá, pela convivência entre elementos de níveis culturais diferentes, melhorar o nível geral de eficiência económica.

É neste contexto que se situa a intensificação do povoamento, sem contudo, desprezar os aspectos políticos e sociais do problema.

Haverá, assim, que efectuar neste campo um esforço decisivo, para possibilitar a realização dos objectivos almejados.

23. Analisada, ainda que a traços muito largos, a estrutura económica da província de Angola, importa agora definir as directrizes básicas a que a evolução futura terá de obedecer para possibilitar a eliminação, ou, pelo menos, a atenuação, das deficiências e estrangulamentos diagnosticados e a realização dos objectivos gerais estabelecidos.

No planeamento do que deverá ser a evolução do desenvolvimento económico de Angola há que não esquecer um certo número de pontos fundamentais, a saber:

1.º A evolução futura terá, na linha de planeamento dos princípios básicos da acção ultramarina portuguesa, de se orientar no sentido de se atingirem, com a brevidade possível, as metas fixadas, respeitando-se as escalas de prioridade mais adequadas aos fins em vista e tendo em conta o condicionalismo sócio-económico em que deve desenvolver-se. E que, para mais, os próprios quadros sociais que vivem em regime de economia de transição não poderão sofrer, sem perturbações sérias, o impacte de uma brusca alteração estrutural.

2.º Em face da capacidade de absorção de investimentos em economias subdesenvolvidas e da limitação das fontes de financiamento, tanto internas como externas, há que adoptar medidas necessárias para evitar o desperdício de capitais e favorecer os investimentos nacionais e estrangeiros e, quanto àqueles, especialmente o aproveitamento dos pequenos aforros locais para que o produto interno bruto de Angola aumente a uma taxa conveniente, em benefício equilibrado de todos os grupos populacionais.

3.º Sendo conhecida a natureza e a extensão dos factores de estrangulamento que se situam tanto no plano económico como no cultural, social, sanitário e administrativo, importa eliminá-los tão rapidamente quanto possível e, nos outros campos, conseguir a sua eliminação também com brevidade, em acção concertada para evitar soluções de continuidade.

4.º Há razões para se esperar conseguir acréscimos sensíveis do produto provincial bruto aproveitando capacidades produtivas não totalmente utilizadas, eliminando factores de estrangulamento, fomentando a mobilização

das poupanças e favorecendo e estimulando a instalação de indústrias predominantemente viradas à exportação.

Nestas condições, há que encarar uma evolução em que se vise a aceleração significativa do ritmo de crescimento em conjugação com outros factores, para que o desenvolvimento se processe equilibrada e harmoniosamente e se enquadre numa transformação gradual das condições sócio-culturais do território.

24. As metas a atingir, e que se situam no prosseguimento de trabalhos já realizados, são as seguintes:

I) Alargamento do reconhecimento científico do território, inventariação dos seus recursos, em especial do subsolo e energéticos, e estabelecimento de adequada documentação estatística, da contabilidade nacional e de estudos económicos e sociológicos globais e sectoriais.

II) Gradual transformação da agricultura de subsistência em agricultura de mercado através de:

a) Aumento de produtividade e das produções tradicionais por melhoria dos serviços de exploração agrícola em todas as modalidades: distribuição de sementes, assistência técnica, auxílio na preparação de terrenos, pequenas obras de hidráulica, luta fitossanitária, redes de armazenagem, etc.;

b) Maior participação dos elementos desta nas economias externas;

c) Introdução de novas culturas;

d) Reordenamento da estrutura agrária e dos sistemas de exploração da terra.

e) Elevação do nível cultural de base e formação acelerada de quadros especializados;

f) Incremento da assistência sanitária;

g) Execução de um plano de habitação rural adequado às condições geoeconómicas de Angola.

III) Melhoria do grau de utilização das obras de povoamento agrícola já realizadas e aumento da sua produção através de obras e empreendimentos complementares. O lançamento de novos esquemas, ou a ampliação em grande escala dos existentes, deverá ser objecto de muito ponderado estudo, dados os vultosos investimentos em regra requeridos.

IV) Obtenção de maiores produções da restante agricultura evoluída e aproveitamento óptimo das terras dis-

poníveis, através de assistência técnica, de crédito agrícola e pecuário e da criação de um ambiente favorável a um maior investimento pela agricultura e pecuária.

V) Alargamento e valorização da rede de infra-estruturas através de um planeamento rigorosamente conjugado com as metas sectoriais a atingir.

VI) Formulação e execução de programas de educação, saúde e habitação com finalidades eminentemente práticas e tendo em conta as diferentes características de cada região do território de Angola, garantindo-se, assim, maior eficácia aos empreendimentos, que passarão a encontrar um clima mais propício ao aceleramento do processo de desenvolvimento aconselhado.

VII) Ocupação humana dos espaços vazios da economia angolana, recorrendo-se, designadamente, às técnicas do desenvolvimento comunitário e ao estabelecimento de novos domínios industriais.

A realização desta meta está estritamente dependente dos resultados que se obtiverem nos pontos I a V, visto que, para além das próprias realizações, o efeito psicológico dos empreendimentos e do seu sucesso contribuirão não só para acelerar a efectivação daquelas finalidades como também para atrair novos elementos, assim se formando aquele ambiente gerador de confiança, estabilidade e segurança indispensável ao processo de crescimento e à sua aceleração.

VIII) Industrialização do território através de:

a) *Na indústria transformadora orientada para a exportação:* expansão das exportações de produtos industrializados com vista particularmente à valorização das matérias-primas locais, através de mais largo apoio do Estado a todos os empreendimentos industriais deste tipo que tenham condições viáveis de instalação ou ampliação. Este apoio deverá processar-se mediante a intensificação do crédito industrial e à exportação, a participação de capital público nas empresas a criar e o estabelecimento de uma política favorável à instalação de novas indústrias.

b) *Na indústria transformadora orientada para os consumos locais:* atenuação do ritmo de crescimento das importações de bens de consumo, de modo a libertar no maior grau possível a capacidade de importar com vista à satisfação das necessidades de importação de equipamentos e outros bens essenciais ao desenvolvimento. Os métodos de apoio referidos serão os indicados no n.º 4.

c) *Nas indústrias extractivas:* aproveitamento dos recursos do subsolo angolano, quer para exportação, quer para transformação local. Este aproveitamento terá normalmente de processar-se através da iniciativa privada, devendo ter-se em atenção o facto de a exploração de minérios corresponder na realidade não a produção corrente, mas sim ao consumo de bens de capital, que não poderão ser repostos quando esgotados. Este facto, muitas vezes esquecido, obriga a considerar o interesse das explorações mineiras não apenas da óptica das empresas exploradoras, cuja rentabilidade é apenas função do equilíbrio entre os rendimentos obtidos pelo aproveitamento das reservas exploradas e o montante das despesas de exploração e da amortização dos investimentos, mas também à luz do interesse colectivo, que exige que os lucros obtidos pela exploração das reservas revertam numa proporção razoável para o Estado, de modo a compensar a comunidade da perda irrecuperável dos recursos explorados.

d) Indústrias complementares da actividade agrícola.

IX) Intensificação das actividades piscatórias e organização adequada das indústrias derivadas da pesca.

Agricultura, silvicultura e pecuária

25. A análise das séries relativas à exportação de produtos agrícolas de Angola mostra que, para vários destes produtos, a respectiva curva atingiu no passado valores mais elevados do que os actuais.

QUADRO IV

Evolução da exportação dos principais produtos agrícolas

Designação	Toneladas					Máximo	
	1959	1960	1961	1962	1963	Ano	Toneladas
Café em grão	88 999	87 217	118 122	156 887	136 437	1962	156 887
Sisal e seus dispêndios	54 276	58 577	59 150	69 428	61 957	1962	69 428
Milho	149 189	117 112	161 585	116 681	86 189	1950	189 477
Madeira em bruto	54 580	90 674	74 096	51 169	82 812	1960	90 674
Óleo de palma	8 747	13 019	14 641	15 087	14 877	1962	15 087
Algodão em rama	6 356	8 894	4 120	5 712	4 286	1960	8 894
Coconote	7 523	5 181	10 214	11 610	18 001	1963	18 001
Açúcar	29 872	46 899	36 609	36 475	23 849	1960	46 899
Carneira	35 702	58 421	57 365	58 041	24 378	1960	58 421
Feijão	10 806	11 789	9 492	10 162	11 009	1950	27 875
Tabaco em bruto	488	1 010	964	947	1 325	1963	1 325
Cera	984	785	687	730	492	1953	1 361
Couros e peles em bruto	1 299	1 392	1 288	1 417	1 332	–	1 494
Bagaços de oleaginosas	7 211	7 405	8 467	4 807	–	1961	8 467
Amendoim	1 539	3 908	2 414	1 449	2 162	1949	4 129
Farinha e fabrico de milho	875	2 283	4 722	7 246	–	1962	7 246
Sementes de algodão	3 088	4 031	3 952	1 128	–	1960	4 031
Arroz	1 089	3 846	3 257	2 524	1 444	1952	8 433
Óleo de rícino	1 821	1 376	883	739	811	1959	1 821

Esta observação abre um primeiro campo para a expansão das produções agrícolas, ou seja o de procurar na medida do possível retomar, para os produtos em que se não tenham alterado as anteriores condições de mercado, o nível da produção que a experiência passada mostra ter sido viável.

Há, pois, que procurar a explicação da regressão observada e com base nesses dados planear o esforço necessário para eliminar ou atenuar o efeito dos factores desfavoráveis. Considera-se que tal regressão, que em parte será devida ao aumento do consumo interno ou da progressiva tendência para a conversão na própria economia em produtos mais laborados (é o caso do amendoim), reflecte em grande parte o desinteresse por parte dos produtores, motivado por um condicionalismo complexo em que avulta o factor preço de compra.

A circunstância, por outro lado, de a maioria dos produtos em questão caber na esfera da agricultura tradicional, permite encarar como viável a possibilidade de alcançar os acréscimos visados mediante investimentos relativamente modestos. A revisão dos preços de compra, a redução dos encargos de comercialização e a atenuação das perdas devidas à deficiente armazenagem e conservação constituem outros tantos coadjuvantes, e poderosos, para a expansão da produção exportável.

No que se refere aos esquemas de povoamento, a circunstância de a maior parte dos núcleos existentes estar ainda em fase experimental não aconselha que se estabeleçam desde já previsões quanto à evolução das suas produções, cujas perspectivas se oferecem, aliás, como muito prometedoras. Apenas quanto à Cela é de considerar o aumento substancial da produção do leite, que poderá atingir o nível dos 15 000 000 l. Resolvido que seja o problema do transporte do leite, seria de encarar, só neste aspecto, um aumento superior ao valor que representaria a sua utilização para o fabrico da manteiga.

As perspectivas de aumento de produção no sector empresarial circunscrevem-se ao prolongamento futuro das tendências dinâmicas observadas na produção e exportação do sisal e do café, prolongamento este, aliás, condicionado pela conjuntura internacional. Outras possibilidades são oferecidas pelas iniciativas em curso no que se refere à fruticultura, e nomeadamente à produção da banana, de abacaxi e de citrinos.

A insuficiência dos dados disponíveis obriga neste caso a tomar posição prudente. Estimar-se-á pois o crescimento possível do produto sectorial em 100 000 contos.

Este possível crescimento global no triénio 1965–1967 do produto do sector agrícola corresponde a um apoio à agricultura tradicional da ordem dos 150 000 contos. A este investimento acrescerão os investimentos estaduais exigidos para a conclusão dos esquemas de povoamento em curso e para o lançamento de outros julgados convenientes, bem como os investimentos privados que se concentram na agricultura empresarial.

Pesca

26. A evolução seguida nos últimos anos pela produção e exportação dos produtos da pesca tem apresentado aspectos regressivos para grande parte dos produtos considerados, como mostra o quadro seguinte.

QUADRO V

Produção e exportação de produtos da pesca

Designação	1959	1960	1961	1962	1963
Pesca desembarcada (toneladas)	267 170	251 744	241 256	269 226	214 552
Produção:					
Farinha de peixe (toneladas)	46 170	44 800	55 296	32 953	32 798
Conservas de peixe (toneladas)	1 264	1 105	1 200	1 626	1 762
Óleos de peixe (toneladas)	4 850	6 800	3 518	3 676	3 579
Peixe seco (toneladas)	25 506	23 005	22 045	20 618	19 145
Exportação:					
Farinha de peixe (toneladas)	51 228	45 085	50 339	32 502	27 917
Farinha de peixe (contos)	205 620	108 341	134 799	131 327	136 655
Conservas de peixe (toneladas)	1 332	1 218	1 775	1 630	1 869
Conservas de peixe (contos)	21 145	18 788	24 596	23 048	27 330
Peixe fresco (toneladas)	565	768	1 229	19 079	15 823
Peixe fresco (contos)	3 006	4 126	4 915	15 002	12 391
Óleo de peixe (toneladas)	5 085	6 606	3 001	3 655	3 122
Óleo de peixe (contos)	21 606	22 527	3 897	5 506	7 845
Peixe seco (toneladas)	13 985	13 185	14 641	15 087	16 733
Peixe seco (contos)	75 900	73 281	116 254	80 384	66 156

Tais tendências degressivas são devidas em boa parte a factores ligados à conjuntura de territórios limítrofes, mas não deve minimizar-se a influência exercida pela falta de organização adequada das indústrias derivadas da pesca, pela insuficiência técnica das actividades piscatórias pròpriamente ditas e pela queda das cotações motivada pelo desenvolvimento de indústrias similares em outros países.

Parece, por isso, aceitável, sem excessivo optimismo, considerar como meta atingível a reposição da produção e da exportação dos produtos da pesca ao nível observado em 1959, mediante, por um lado, a concretização dos esforços em curso para a modernização dos processos de pesca e para a reorganização das indústrias derivadas e, por outro, a manutenção das condições que os respectivos mercados anteriormente ofereciam. Isto representa o aumento do valor das exportações de farinha de peixe em cerca de 60 000 contos e dos óleos de peixe em cerca de 10 000 contos. Tais acréscimos, adicionados à tendência dinâmica revelada pelas exportações de peixe fresco, de conservas de peixe e de peixe seco, poderão representar um acréscimo global no valor adicionado de 50 000 contos.

Indústria extractiva

27. O valor total à boca das minas registado nas estatísticas da produção das indústrias extractivas de Angola seguiu nos últimos anos a seguinte evolução:

QUADRO VI

Valor à boca da mina de produtos extraídos

Designação	Contos			
	1960	1961	1962	1963
Diamantes	529 887	666 055	627 600	648 565
Minérios de ferro	55 951	58 311	197 644	157 016
Petróleo em bruto	27 178	51 483	253 850	317 611
Outros	38 019	39 248	54 419	24 074
Total	651 035	815 097	1 133 513	1 147 266

As perspectivas de evolução futura da produção são favoráveis para os minérios de ferro e para o petróleo,

sendo de esperar que a exportação dos primeiros atinja dentro de dois anos o nível dos 1600 milhares de toneladas anuais. Por seu lado, a necessidade de acompanhar o consumo interno crescente e de expandir as vendas no exterior leva a encarar o aumento da extracção do petróleo para um nível não inferior ao milhão e meio de toneladas anuais, considerado possível dadas as reservas existentes.

Em termos monetários, estes acréscimos representam, aos valores actuais, um aumento na produção mineira de cerca de 600 000 contos anuais a partir de 1966, ou, em valor adicionado, cerca de 500 000 contos.

O interesse demonstrado por outras explorações mineiras, entre as quais avultam o cobre, os diamantes, nas áreas não concedidas, as pedras semipreciosas e petróleo, nas zonas livres, é susceptível de se projectar favoràvelmente na evolução futura da produção mineira de Angola, de modo a atingir níveis mais elevados do que os acima indicados. Parece prudente, contudo, não adoptar posições que não assentem em possibilidades suficientemente reconhecidas.

Indústria transformadora

28. A evolução programada para este sector prevê, mediante o apoio estadual à já vultosa iniciativa privada, a aceleração do ritmo de crescimento da produção industrial, de modo que em 1967 o valor acrescentado total do sector atinja o nível de 1400 milhares de contos e em 1973 o dos 2 milhões de contos.

Dadas as presentes tendências evolutivas e o estádio actual do desenvolvimento industrial, oferece-se tal previsão de evolução como realista, e até como facilmente excedível.

Isto significa que para a realização do desenvolvimento esboçado se tornará necessário incrementar substancialmente os investimentos, objectivo este que, como já se disse, constitui tarefa difícil, envolvendo o alargamento das possibilidades de intervenção do Estado no desenvolvimento económico, além de todo um conjunto de medidas tendentes a uma redistribuição mais equilibrada de rendimentos, à atracção de capitais estrangeiros e ao investimento da poupança local.

O esforço para aumentar progressivamente a proporção da poupança local, investida na própria economia, terá de

ser continuado e a ele deverão ser dedicadas preocupações e cuidados, visto ser do seu sucesso que depende em grande parte todo o desenvolvimento programado.

Para tanto, há que em primeiro lugar conseguir reforçar substancialmente os réditos do Estado, de forma que, depois de coberto o acréscimo das despesas correntes (o que implicará, antes de ser realizada, uma indispensável reforma fiscal; um cuidadoso ajustamento e a aplicação do vigente com vista a aumentar o produto dos impostos actuais e dos outros rendimentos do Estado) seja possível aumentar a parte do orçamento ordinário disponível para investimentos.

Uma segunda linha de acção tem de desenvolver-se no sentido de procurar fixar uma proporção crescente das pequenas poupanças, através da emissão de títulos de dívida pública ou parapública (empresas de desenvolvimento industrial, etc.) que tenham as características próprias para atrair essas poupanças: rendimento indicado, pagamento de juros e reembolso de capital em qualquer outra parcela do território nacional, etc.

A criação de um sistema de previdência social poderá constituir um terceiro método de fixação de poupanças locais em empreendimentos locais: um esquema equivalente ao vigente na metrópole para o valor estimado dos salários pagos em Angola, e que é de 3,5 milhões de contos, tornaria possível contar com cerca de 350 000 contos para investimentos reprodutivos.

A formação de empresas de economia mista de desenvolvimento industrial permitirá, por seu lado, congregar capitais privados para o investimento na província.

29. A efectivação do programa proposto envolve necessàriamente:

1.º O aumento das importações de equipamento, que se pode estimar em cerca de 300 000 a 400 000 contos anuais;

2.º A aceleração do ritmo de crescimento do consumo privado, a satisfazer pelas importações na medida em que não possam ser satisfeitas pelo aumento da produção local;

3.º O acréscimo das exportações;

4.º A expansão dos rendimentos;

5.º O alargamento do fluxo da entrada de capitais externos, com a consequente saída futura de juros e amortizações.

A indispensabilidade de maiores acréscimos do produto interno bruto e de mais baixos coeficientes capital/produto postula a necessidade da concentração dos esforços a realizar nas zonas onde se reúnam melhores condições para o efeito, ou seja, nomeadamente, onde se possa contar já com infra-estruturas económicas e sociais de modo a oferecer melhores economias exteriores às empresas a instalar ou a expandir.

Há, pois, que dar ao esquema feição nìtidamente polarizada dentro da orientação que já vem sendo estudada.

30. Adoptar-se-ão em princípio para o efeito de uma primeira tentatica de zonagem as seguintes regiões:

Luanda-Dondo-Malanje — Caracterização económica e social da zona. — A zona de desenvolvimento Luanda-Dondo-Malanje, com o centro de polarização mais importante na cidade e porto de Luanda, constitui a zona de influência de toda a área norte da província formada pelos distritos do Zaire, Uíge, Luanda, Cuanza Norte, Malanje e Cuanza Sul, dado que Cabinda, geogràficamente contígua a esta área, se deve antes considerar um subpólo apresentando condições económicas específicas.

Dentro desta área concentram-se numa reduzida faixa de território, de Luanda ao Dondo e a Malanje, todos os elementos básicos normalmente considerados essenciais para promover o arranque e o desenvolvimento de um processo económico: água, energia, vias de comunicação, recursos minerais, solos riços. E se se acrescentar ainda as atracções turísticas da região — desde os parques e praias dos arredores de Luanda às quedas de água do Duque de Bragança —, ficarão apresentadas, em quadro resumido, algumas das suas imensas possibilidades de desenvolvimento económico.

Além destes pólos principais, existem ainda alguns subpólos com boas perspectivas de desenvolvimento, entre os quais a cidade de Salazar, que poderá vir a desempenhar função importante.

Apesar de se verificar nesta zona de desenvolvimento a maior concentração de recursos hidroenergéticos de toda a província (calcula-se que o aproveitamento do médio Cuanza possa fornecer cerca de 15 TWh, ou seja aproximadamente 30 por cento do total estimado para Angola), o seu desenvolvimento económico deverá ainda apoiar-se na exploração mineira de matérias-primas susceptíveis de fomentar mais ràpidamente as exportações, de modo a

criar-se assim uma fonte de divisas para a província que possa compensar o desequilíbrio da balança cambial provocado pela importação dos equipamentos necessários à instalação das estruturas produtivas. Entre as explorações mais rendosas salientam-se: ferro nos montes Tumbi e Saia (Lucala e Pungo-Andongo), ferro-titânio em Zenza do Itombe, manganés em Cacuso-Lucala-Quitota, asfaltos e micas no Dande e, mais recentemente, o petróleo próximo de Luanda.

A zona de desenvolvimento assim delimitada ocupa pràticamente o centro de toda a área norte, à qual se podem ligar dois pólos auxiliares com função equilibradora à escala regional: Lândana, ao norte, ou Cabinda, como porto de escoamento das madeiras do Maiombe, e Cela-Gabela, ao sul, abrangendo essencialmente o colonato.

31. *Lobito-Benguela-Alto Catumbela-Nova Lisboa — Caracterização económica e social da zona.* — Geogràficamente a zona de desenvolvimento Lobito-Benguela-Alto Catumbela-Nova Lisboa está situada na área centro-sul da província e integrada na área que engloba os distritos de Benguela, Huambo, Bié e Moxico, com uma população de 1,8 milhões de habitantes, dos quais apenas 10 por cento concentrados em cidades, o que mostra uma distribuição equilibrada da população e ausência do fenómeno de urbanismo generalizado.

Seguindo o caminho de ferro de Benguela, o mais longo da província, na sua penetração para o interior até à fronteira oriental, a zona apoia-se precisamente nos centros polares por que é designada e cuja acção de polarização se estende até Silva Porto, a uma distância do litoral superior a 350 km. Mas é indispensável que tal acção se propague a pouco e pouco mais para o interior, onde a cidade do Luso, servida também pelo caminho de ferro, se encontra em situação geográfica favorável para se tornar o pólo necessário ao arranque da economia da metade oriental da província.

Toda a zona apresenta boas aptidões agrícolas e agro-pecuárias nas regiões planálticas e subplanálticas, às quais se junta ainda uma abundante fauna marítima no litoral e uma grande riqueza florestal, em especial as extensas matas de eucaliptos localizadas na região cortada pela via férrea.

As suas riquezas minerais não se encontram ainda completamente inventariadas, continuando com os trabalhos de

pesquisa algumas brigadas de prospecção geológica e mineira.

Pela sua proximidade (30 km) e função de complementaridade, as cidades de Lobito e Benguela são englobadas num único pólo de desenvolvimento, constituindo o pólo do litoral por onde se faz o escoamento da produção de exportação proveniente do interior de toda a área centro-sul e dos territórios vizinhos.

A cidade de Benguela, embora capital de distrito, não apresenta características de pólo urbano, tendo-se processado muito lentamente o seu crescimento demográfico (15 000 habitantes em 1955).

Lobito é a segunda cidade em população de toda a zona e o segundo centro industrial da província, portanto depois de Luanda, tendo-se caracterizado por um rápido crescimento nos últimos anos e contando actualmente uma população superior a 40 000 habitantes. É ainda o primeiro porto da província, caracterizando-se pelas suas excelentes condições naturais e pela sua situação de ponto terminal do caminho de ferro que constitui a via normal de escoamento das exportações de toda a área centro-sul e de uma grande parte das riquezas mineiras dos territórios vizinhos.

No conjunto, o pólo apresenta potencialidades industriais que o assemelham ao de Luanda, embora distribuídas por uma maior área, o que faz prever a continuidade de uma elevada taxa de consumos de energia eléctrica.

O Alto Catumbela constitui um centro industrial importante, que tem na fábrica de pasta de celulose e de papel, cuja laboração se iniciou em 1961, a sua principal unidade produtora, com a maior concentração de energia eléctrica de toda a zona (cerca de 35 GWh anuais).

Nova Lisboa, capital do distrito do Huambo, é hoje a segunda cidade da província em população, com cerca de 48 000 habitantes em 1960 e um crescimento demográfico que fez triplicar o número de habitantes nos últimos vinte anos (taxa média anual de 5,6 por cento). O facto deve-se à sua situação numa das regiões mais densamente povoadas da província e ao efeito de atracção que têm exercido sobre a população branca o seu clima e a riqueza agrícola da região.

Nova Lisboa não tem características de pólo industrial, sendo as fábricas existentes ligadas essencialmente à transformação de produtos agrícolas. Regista-se ainda em

Nova Lisboa a instalação das grandes oficinas do caminho de ferro.

Os principais subpólos de desenvolvimento dentro da área centro-sul são Silva Porto e Luso.

Silva Porto é uma cidade capital de distrito, um pouco menos populosa do que Malanje e tendo crescido pràticamente no mesmo ritmo.

A sua economia está centrada no aproveitamento dos produtos agrícolas, existindo algumas unidades de moagem, extracção de óleo e curtumes, além de fábricas de cerâmica. Situada no limite da zona de desenvolvimento considerada, com cujos pólos se encontra ligada por estrada, caminho de ferro e via aérea, a cidade de Silva Porto aguarda também que se realize a sua ligação eléctrica a Nova Lisboa por linha aérea.

Finalmente, conta-se a cidade de Luso, capital do distrito do Moxico, situada já fora da zona de desenvolvimento estudada, mas à qual se faz referência pela sua função de pólo de apoio para a propagação do desenvolvimento económico à vasta zona oriental da área centro-sul. A natureza das suas actividades futuras virá a ser definida pela necessidade de valorização dos recursos agrícolas e minerais do distrito e das regiões situadas nas suas proximidades, entre os quais se incluem a mandioca, as madeiras, a lignite e a bauxite.

Concentrando-se na área centro-sul de Angola as origens dos principais rios da província, são relativamente pouco abundantes os recursos da zona em energia hidroeléctrica. Numa primeira estimativa foram fixadas em 7500 GWh as possibilidades de produção da bacia do rio Catumbela, estando já em funcionamento no curso deste rio o aproveitamento do Biópio e em vias de conclusão a 1.ª fase do aproveitamento de Lomaum.

Além deste rio conhecem-se ainda boas perspectivas de aproveitamento hidroeléctrico no Alto Cuanza, no rio Cuvo (a partir das quedas de Lombe-Lombe), no Cunje e nas quedas de Luena, próximo da cidade.

32. ***Moçâmedes-Sá da Bandeira-Cunene — Caracterização económica e social da zona.*** — A zona de desenvolvimento que se estende ao longo do caminho de ferro de Moçâmedes ao rio Cunene, no colonato, com uma extensão superior a 300 km e que tem em Sá da Bandeira e Moçâmedes os seus pólos de maior importância, fica situada na

área sul de Angola constituída pelos distritos de Moçâmedes, Huíla e Cuando-Cubango.

A população total da área é de 750 000 habitantes (censo de 1960), dos quais cerca de 80 por cento estão concentrados no distrito da Huíla. Na sua distribuição predomina a população rural (95 por cento do total), sendo pràticamente inexistente o fenómeno do urbanismo, com excepção de Sá da Bandeira e dos centros piscatórios no distrito de Moçâmedes. A população branca é muito reduzida e, em termos demográficos, pouco excede 3 por cento da população total, sendo pràticamente nula na extensa área do distrito de Cuando-Cubango e muito concentrada nas regiões do litoral e do planalto central à volta respectivamente de Moçâmedes e Sá da Bandeira, onde se registam densidades das mais elevadas da província.

Os autóctones vivem em grande parte da pastorícia transumante, o que conduz a um tipo de povoamento disperso, e outra parte dedica-se à agricultura, vivendo na sua maioria numa economia de subsistência.

Toda a área — e, principalmente, a zona considerada, com excepção de alguns pontos do litoral — apresenta boas condições para o desenvolvimento da pecuária, que constitui já hoje uma das suas maiores riquezas.

A pesca constitui a riqueza principal de toda a região litoral da zona de desenvolvimento.

A exploração agrícola, baseada quase ùnicamente em culturas pobres e exercida por agricultores de pequenos recursos, sem as grandes empresas agrícolas de outras zonas da província, concentra-se, sobretudo, no planalto da Huíla (milho, trigo, feijão, frutas).

Não existem grandes conjuntos florestais que tornem possível uma exploração económica, resumindo-se esta ao corte de lenha e fabrico de carvão para abastecimento do caminho de ferro e principais centros populacionais.

A actividade no sector das indústrias extractivas resume-se, pràticamente, às minas de ferro de Cassinga, cuja exportação tem aumentado nos últimos anos, devendo atingir num futuro próximo 3 milhões de toneladas anuais, e à exploração dos mármores de Moçâmedes.

A via de comunicação de maior importância económica é o caminho de ferro de Moçâmedes, que se prolonga para o interior da província até Serpa Pinto, numa penetração de 752 km; existe ainda um ramal de Sá da Bandeira a Chiange, mas de tráfego muito reduzido.

A rede rodoviária é deficiente, com trânsito difícil na maior parte das estradas durante o período das chuvas.

A zona em estudo possui no pólo litoral um porto de mar, que é o seu centro natural de trocas com o exterior, tendo registado em 1962 um movimento de 150 000 t, valor que o coloca em terceiro lugar entre os portos da província, depois de Luanda e Lobito, e que deverá aumentar logo que o caminho de ferro possa atingir as regiões de sul e sueste e se intensifique a exploração das minas.

As ligações aéreas com outros pontos da província estão asseguradas pela existência de alguns aeroportos e pistas, havendo ainda uma rede razoável de telecomunicações.

Sá da Bandeira, capital do distrito da Huíla, é uma cidade com um crescimento muito moderado de população autóctone e em que o aumento populacional se tem processado quase ùnicamente pelo afluxo de brancos e mestiços, que ali constituem a maioria étnica (9000 em 15 000 habitantes pelo censo de 1955), o que faz de Sá da Bandeira um caso singular entre todas as cidades ultramarinas.

A sua situação, numa região planáltica de clima favorável à fixação da população branca, explica em parte esta característica e confere à cidade uma função de polarização com razoáveis perspectivas de desenvolvimento no futuro. Sá da Bandeira não apresenta ainda características de pólo urbano industrial, reduzindo-se as suas actividades mais importantes às indústrias de alimentação e de bebidas (congelação, frigorificação e conservas de carne, lacticínios, salsicharia, refrigerantes) e a algumas unidades fabris de moagem e descasque, curtumes e cerâmica. É de prever, contudo, o seu maior desenvolvimento no futuro, mercê do dinamismo da iniciativa particular e da existência de mão-de-obra abundante.

Moçâmedes, com os seus 7000 habitantes (censo de 1955), capital do distrito do mesmo nome, tem a sua vida económica centrada nas actividades de pesca e indústrias derivadas (salga, conservas, farinação e extracção de óleo), o que a faz depender fortemente das oscilações verificadas nestas actividades. Nos últimos anos, devido sobretudo à falta de organização existente no sector e à escassez de apetrechamento técnico, a situação de crise tem apresentado carácter permanente.

Embora com pouca importância económica, existem ainda instalações de frigorificação e congelação de carnes

(entreposto frigorífico) e pequenos estaleiros navais para reparação de barcos.

Ligada a Moçâmedes, e constituindo com esta cidade uma unidade económica centrada nas actividades da pesca, encontra-se ainda a vila de Porto Alexandre.

O colonato do Cunene, que segue em importância o colonato da Cela, constitui, como este, pólo de desenvolvimento agro-pecuário. Situado nas terras da Matala e Capelongo, o colonato é irrigado pelas águas derivadas da albufeira da Matala e destina-se sobretudo à cultura intensiva do tabaco e trigo, juntamente com a criação de gado.

A área sul de Angola, embora possuindo rios extensos, não é rica em recursos energéticos, dada a ausência de quedas elevadas e a acentuada irregularidade dos seus caudais. No entanto, a aptidão agro-pecuária da região e a ausência de riquezas mineiras que justifiquem de momento a instalação de complexos industriais fazem prever que a utilização da água dos rios se oriente predominantemente para fins ligados à agricultura e à pecuária.

§ 3.º Descrição dos programas

I — Conhecimento científico do território e das populações, investigação científica e estudos de base

1) Conhecimento científico do território

a) Cartografia geral

33. Como primeiro objectivo há que concluir os trabalhos de elaboração da carta de Angola na escala 1:100 000, sendo necessária, além disso, a actualização de algumas folhas já publicadas e a elaboração de cartas parciais a escalas maiores que permitam o lançamento do cadastro.

Os trabalhos de geodosia a realizar compreendem triangulação ao longo dos paralelos 8º, 10º, 12º, 14º 30′ e 16º 30′ e ao longo dos meridianos 20º e 22º, medição de marés geodésicas e observação de pontos de Laplace nos cruzamentos dos meridianos e paralelos, e, ainda, o estabelecimento de cadeias de triangulação nas três fronteiras do Alto Zambeze.

Os trabalhos de nivelamento de precisão compreendem a montagem de um marégrafo no Zaire, o estabelecimento de uma linha de nivelamento no itinerário Lucala-S. Salva-

dor-Nóqui-Zaire, prolongamento para leste das linhas de nivelamento ao longo dos paralelos 9°, 12° e 15° e observações gravimétricas ao longo das linhas de nivelamento estabelecidas.

b) **Hidrologia**

34. Pela brigada de estudos dos rios de Angola prevê-se, no capítulo da hidrologia, a ocupação hidrológica das bacias dos rios Cunene, Cubango, Cuando, Lumege e Bungo.

c) **Meteorologia**

35. O programa proposto implica empreendimentos para completar a cobertura do território, melhorando as infra-estruturas existentes, com vista a torná-las eficientemente operantes e executando as planeadas.

De entre os primeiros destaca-se o levantamento geomagnético, que é de interesse para a prospecção geológica mineira.

Nos segundos inclui-se a ampliação da actual rede de estações meteorológicas, que são nitidamente insuficientes para a recolha de informações meteorológicas de base, a aquisição de material para registo e processamento dos resultados das observações, para assegurar uma rede eficiente de telecomunicações nas estações meteorológicas, para medição da radiação solar e para aperfeiçoamento do serviço da hora.

2) Investigação científica

36. Neste capítulo prevêem-se trabalhos a realizar pelo Laboratório de Engenharia de Angola e pelo Instituto de Investigação Científica de Angola.

3) Estudos de base

37. O aperfeiçoamento dos serviços de estatística é necessidade premente para a elaboração e condução do processo de desenvolvimento económico. Há, pois, que estruturar os serviços em Angola, de modo que fiquem aptos a realizar não só os objectivos provinciais, mas também todos aqueles que interessarem ao espaço económico nacional. Destacam-se como tarefas prioritárias a continuação do inquérito agrícola e a organização da estatística agrícola corrente.

Há, além disso, que considerar, nesta rubrica, a necessidade de prosseguir os estudos económicos de base e de estabelecer, em condições adequadas, os estudos demográficos convenientes para efeitos de planeamento, a contabilidade social e a orgânica de coordenação de documentação técnico-económica que está prevista.

II — Agricultura, silvicultura e pecuária

1) Carta de solos

38. Prevê-se o prosseguimento dos trabalhos com vista à elaboração da carta de solos.

2) Investigação básica

39. Para a integração e experimentação agronómica inscreve-se dotação destinada a suportar os encargos com a realização de estudos de interesse imediato para a agricultura da província, entre outros:

Estudo de fertilidade dos solos de Angola; selecção das zonas com interesse para o povoamento agrário; inventariação das pragas e doenças das principais culturas de Angola; elaboração de calendários fitossanitários; organização fitiátrica de Angola; estudo da *Cer cosporiose* dos citrinos; doença o «spus» da batateira; estudo da morte súbita do cafeeiro; estação de quarentena de Angola; melhoramento do trigo; melhoramento do milho; melhoramento do palmar; melhoramento genético e cultural do cafeeiro; estudos de forragens; planificação, estabelecimento e exploração de fazendas experimentais, etc.

Considera-se como prioritária a formação e aperfeiçoamento do pessoal científico e técnico para a resolução dos problemas de fertilidade dos solos, sanidade vegetal e melhoria da produção agrícola e florestal.

Encara-se a continuação de estudos zootécnicos sobre a adaptação e cruzamento de raças exóticas e selecção de raças autóctones, com particular ênfase no gado bovino e fomento da produção de leite e lacticínios, abrangendo os arietinos com vocação de lã, fomento do caracul e multiplicação de aves para povoamento de aviários.

É indispensável a inventariação florestal, tarefa cuja importância não está de acordo com os investimentos previstos, mas que são os necessários para o estabelecimento deste empreendimento.

3) Fomento dos recursos agro-silvo-pastoris

40. Considerou-se serem necessárias dotações para a manutenção das estruturas técnicas montadas durante o II Plano de Fomento, para ampliação do parque de máquinas, material rolante e oficinas para assistência fitossanitária, para fomento piscícola, da palmeira e do tabaco e para fomento florestal.

O interesse do recurso aos parques de máquinas dos serviços de agricultura, por parte dos agricultores, tem vindo a aumentar de forma que se pode considerar muito prometedora a evolução que este facto importa no tipo e rendimentos das culturas, julgando-se vantajoso o aumento do parque de máquinas, a instalação e manutenção das capatazias e postos de distribuição de sementes e adubos, de interesse quase exclusivo para a agricultura tradicional.

No campo da pecuária encara-se o fomento da avicultura e assistência técnica aos avicultores e a assistência às indústrias de salsicharia e curtumes verdes; e a divulgação agro-pecuária e a transformação de criações de gado tradicionais em criações evoluídas.

4) Esquemas de regadio e povoamento

41. No que respeita ao povoamento da Cela julga-se necessário que se proceda durante o triénio à consolidação dos quinze aldeamentos, à manutenção e preparação de fazendas médias, à compra de sementes, adubos e medicamentos para gado e à instalação de novos colonos, e ainda a trabalhos complementares das obras hidroagrícolas.

Para o povoamento do Bengo está em estudo a aproveitamento desta região, e prevê-se que, além das obras da barragem no aproveitamento da Quiminha e do levantamento e cadastro de propriedade de toda a região que prossegue e se ultimará durante o triénio.

As possibilidades potenciais do vale do Bengo merecem e exigem que assim se proceda e encara-se realizar um estudo completo para definição total dos investimentos a realizar nesta obra. Dentro deste programa, encara-se a realização de estudos agronómicos e nomeadamente o estudo dos solos, correcção da salinidade, determinação das culturas recomendáveis, com particular ênfase no palmar, bananal e cana sacarina.

Encara-se ainda o regadio da região de N'gola, o regadio do Hoque, o aproveitamento do vale do Cavaco. Não é possível aceitar integralmente a sugestão da Câmara Corporativa no sentido de aumentar de 150 000 contos a dotação desta rubrica, porquanto a contrapartida seria obtida pela supressão da dotação consignada ao crédito agrícola e redução substancial da rubrica «Habitação», que não se julga oportuno considerar, dados os seus aspectos e fins político-sociais; assim, o aumento da dotação só pode fazer-se com a importância de 30 000 contos. Permite-se, pois, encarar a assistência técnica aos colonos da Matala e os estudos com vista à irrigação do colonato Molondo-Quiteve-Humbe e simultâneamente a conclusão do estudo do aproveitamento hidroagrícola da bacia do Cunene no seu conjunto.

5) Comercialização e armazenagem

42. Têm os organismos do café, do algodão e dos cereais quadros de pessoal e orgânica que se pretende aproveitar para dar um contributo à economia da província para além das actividades que têm mantido, e para tanto necessário é inscrever uma dotação no Plano Intercalar de Fomento que permita realizar este escopo.

Torna-se necessário que os serviços de agricultura e florestas sejam dotados no triénio de 1965-1967 com verba necessária para o estudo da industrialização e comercialização dos produtos agrícolas e frutícolas e que para idênticos estudos, com referência aos produtos pecuários, também sejam dotados os respectivos serviços.

6) Crédito agrícola

43. Considera-se necessário para apoio à agricultura tradicional e a pequenos agricultores que os recursos da Caixa de Crédito Agrícola sejam reforçados.

III — Pesca

44. No triénio de 1965-1967 o programa do sector de pesca visa os seguintes objectivos principais:

a) Impulsionamento da extracção racional do pescado, com inclusão da pesca de arrasto, da captura de atum e da exploração de outros recursos, tendo

em vista a captura de espécies comercialmente mais valorizadas e a regularização do consumo interno;

b) Intensificação do povoamento piscícola das águas interiores;

c) Estudos intensivos de biologia piscatória, de tecnologia do pescado e apoio técnico ao sector;

d) Modernização de barcos e artes de pesca;

e) Montagem em Luanda, Porto Alexandre e nos centros de maior relevo de câmaras de refrigeração para armazenagem breve do pescado;

f) Construção de instalações para congelação rápida do pescado para efeitos de exportação e conservas esterilizadas pelo calor;

g) Construção de outras unidades transformadoras que o adequado aproveitamento do pescado recomende;

h) Renovação de instalações fabris para melhoria de qualidade dos produtos ou introdução de novas fabricações;

i) Instalação de cooperativas de produção, com vista à concentração industrial, compreendendo unidades frigoríficas de preparação de conservas e de produção de farinha de peixe para as espécies que não tolerem utilização mais nobre.

IV — Energia

45. A inclusão desta rubrica no Plano Intercalar vem possibilitar o incremento da produção, transporte e distribuição de energia eléctrica na província.

Além dos estudos, procurar-se-á aumentar a produção e levar a energia a novas zonas e centros populacionais.

Prevê-se a construção de novas linhas de transporte: Moçâmedes, Porto Alexandre, Cambambe-Salazar, Malanje e linhas a irradiar da central das Mabubas.

O interesse que ùltimamente se tem manifestado pela regularização das águas do rio Cunene, com o fim de valorizar energèticamente as quedas do Ruacaná e iniciar o seu aproveitamento, levou os serviços oficiais a atribuir toda a prioridade ao estudo do projecto de um dos aproveitamentos das cabeceiras do rio, cuja construção deverá ser iniciada em breve. Nestas condições abandonar-se-á, como é lógico, qualquer ideia de apoio térmico para a

Matala — salvo o que será possível realizar com a potência já instalada —, porque a regularização dos caudais é essencial, pelo menos a médio prazo, ao desenvolvimento económico de toda a área sul da província.

A albufeira de regularização que se pensa criar nas cabeceiras do Cunene deverá permitir o aumento da produção permanente da central da Matala até cerca de 61 GWh.

Prevê-se igualmente o aproveitamento do rio Cunge e a electrificação de pequenas povoações.

Considera-se ainda a comparticipação nas despesas a fazer com a produção e transporte da energia e a cobertura dos empreendimentos já realizados em Cambambe e Lomaum.

V — Indústria

1) Indústria extractiva

a) Carta geológica

46. Dois objectivos são considerados no Plano Intercalar para 1965–1967:

1.º Execução da carta geológica;
2.º Apetrechamento do Laboratório de Mineralogia e Geologia.

Com os meios de que actualmente os serviços dispõem, será quase impossível realizar, a curto prazo, a cartografia geológica de uma grande área.

Assim, a província de Angola propõe que o levantamento geológico de uma vasta área do território seja efectuado por uma empresa especializada.

Os serviços de geologia e minas com as suas brigadas poderão concluir o reconhecimento geológico de algumas áreas do Sul da província, como, por exemplo, na Huíla, as zonas correspondentes às folhas 354, 376, 377, 379, etc., na escala de 1:100 000.

Os serviços poderão também aproveitar essas brigadas (geológico-mineiras) para outras áreas de interesse especial e que mereçam prioridade, como seja o caso da área do Kalahari.

É necessário dotar este Laboratório de material que permita efectuar de forma eficiente quer o apoio aos trabalhos da empreitada, quer a execução de outros trabalhos de estudo e investigação.

b) Aproveitamento dos meios de obtenção de água doce

47. A actividade do Plano de coordenação para o abastecimento de águas das regiões pastoris do Sul de Angola tem estado circunscrita aos distritos de Huíla e Moçâmedes.

No entanto, é de prever que no decurso do triénio de 1965–1967 se venham a verificar necessidades imperiosas de trabalhos no distrito de Cuando-Cubango cuja execução venha a ser cometida ao Plano.

Há ainda a considerar que os trabalhos de conservação das obras já executadas serão também custeados pelas dotações a consignar ao Plano de coordenação e levadas a efeito ainda pelos seus grupos de trabalho enquanto as comissões de pastos e águas não tiverem a necessária estrutura e capacidade de execução de tais trabalhos.

A natureza dos trabalhos que estão cometidos ao Plano de coordenação (estudos e reconhecimentos, prospecção, sondagens, movimentação de terras, obras de alvenaria, etc.) implica a necessidade de renovação e aquisição do material e a beneficiação do existente.

c) **Fomento mineiro**

48. Deverão ser consideradas nesta rubrica as seguintes actividades:

1.º Prospecção mineira geral;
2.º Prospecção geofísica;
3.º Assistência técnica a pesquisadores e concessionários.

Com base na cartografia geológica obtida a partir da fotogeologia, e utilizando os modernos métodos geofísicos, geoquímicos e geológicos de prospecção, prevê-se dar continuidade aos trabalhos já iniciados nos anos anteriores nas regiões onde não há levantamentos completos, os quais constariam da cobertura geológico-mineira das áreas de cinco folhas da carta de Angola na escala de 1:100 000.

Trata-se, assim, de um estudo geológico-mineiro que abrangeria uma área de cerca de 15 000 km².

Dada a heterogeneidade de condições geológicas do território da província, é indispensável que a prospecção mineira passe a ser conduzida em áreas prèviamente seleccionadas por métodos expeditos e de grande rendimento. Uma das maneiras de obter esta selecção é justamente a partir da prospecção geoquímica a ser executada simul-

tâneamente com a cartografia geológica sistemática. A outra é a utilização da prospecção geofísica aérea.

O problema de mais difícil solução no estado actual do conhecimento das técnicas de prospecção mineira é, sem dúvida, o do reconhecimento das formações que ocorrem na base dos sedimentos do sistema do Kalahari, os quais ocupam quase dois terços do território da província e, justamente, as vastas regiões do Bié, Moxico e Cuando-Cubango, as menos ocupadas e de menor desenvolvimento económico.

O reconhecimento das formações de base da área do Kalahari é impraticável com os métodos clássicos de prospecção geológica, dada a ausência de afloramento.

A assistência técnica a pesquisadores e a concessionários está entre as atribuições dos serviços de geologia e minas.

Convirá, portanto, que se criassem quanto antes as condições para que essa assistência se traduzisse em ajuda substancial e efectiva a prestar a todos aqueles que trabalham e venham a trabalhar no desenvolvimento mineiro da província.

Embora nos últimos anos se tivesse dado já um primeiro impulso no sentido de dotar os laboratórios dos serviços com aparelhagem moderna, que logo começou a ser utilizada em numerosos estudos e trabalhos, ainda há que continuar a apetrechar este sector.

2) Indústria transformadora

49. O primeiro aspecto a considerar para se estabelecer um programa de industrialização de Angola é o da instalação de novas indústrias.

O apoio estadual para esse fim poderá com utilidade revestir as seguintes modalidades:

1.° Apoio financeiro, sob a forma de participação no capital, particularmente em empresas de economia mista, de grande interesse nacional e de grande volume de investimentos, de crédito industrial ou de concessão do aval a empréstimos por entidades privadas às empresas já interessadas na instalação, ampliação ou melhoria das indústrias;

2.° Assistência efectiva, técnica e financeira às pequenas e (ou) médias indústrias, de interesse local ou complementares de outras indústrias;

são especialmente as indispensáveis à instalação ou funcionamento das indústrias-base e de oficinas de apoio às indústrias instaladas e à manutenção e equipamento de transporte e outros; e

3.º Lançamento de empreendimentos que pelo volume de capitais exigidos ou pela reprodutividade de capital mais lenta não exerce sobre o capital privado força de atracção suficiente.

O apoio do Estado e a selecção dos empreendimentos a fomentar certamente terá melhor concretização após a estruturação de um órgão de acção dotado dos meios necessários para poder vir a desempenhar as suas funções com a rapidez e eficiência que se pretende. Por agora bastará sublinhar a preocupação do Governo de estimular e apoiar as condições para a efectivação dos empreendimentos industriais para que já existem iniciativas privadas, cujo volume previsto de investimentos no triénio pode ser estimado em mais de 1 400 000 contos, e também para o lançamento dos empreendimentos que de futuro se apresentem com viabilidade e interesse para a economia de Angola, como, por exemplo, as indústrias do alumínio e das ferro-ligas.

Além das medidas legislativas de âmbito nacional em vias de promulgação, estão em estudo as medidas legislativas a serem adoptadas na província tendentes a:

1.º Simplificação e aceleração do processo de apreciação de pedidos e de concessão de autorização para a instalação das indústrias sujeitas ao condicionamento segundo a legislação provincial;

2.º Facilitar a criação de domínios industriais, com participação das autarquias locais, e a expropriação por entidades públicas de terrenos para a instalação destes domínios.

VI — Transportes e comunicações

1) Transportes rodoviários

50. Os empreendimentos incluídos no II Plano de Fomento e ainda por concluir transitam para o triénio de 1965-1967, devendo ter prioridade de execução. Há também que considerar os encargos já assumidos com os tra-

balhos realizados em regime de autofinanciamento e pagamentos diferidos.

A dotação consignada no Plano Intercalar destina-se, além dos encargos já referidos, a custear a execução do plano rodoviário aprovado.

2) Caminhos de ferro

51. Os empreendimentos previstos interessam especialmente aos caminhos de ferro de Luanda e Moçâmedes, pois no que se refere ao caminho de ferro do Congo apenas se considera a revisão de plataformas de Luanda e Lifune e o prosseguimento dos estudos em curso.

Nos caminhos de ferro de Luanda e Moçâmedes consideram-se: estudo e construção de variantes, renovação da via, balastragem, construção de edifícios e dependências, aquisição de equipamento e material circulante e de tracção.

A exploração das minas existentes nas zonas de influência destas linhas férreas também exige a construção de ramais (Oci-Cassinga) e aquisição de material circulante especial.

3) Portos e navegação marítima

52. As atenções no triénio de 1965–1967 vão concentrar-se nos portos de Luanda, Lobito e Moçâmedes.

Todavia, três únicos portos não fazem uma cobertura eficiente de uma costa com mais de 1600 km e torna-se por isso imprescindível definir, ao longo dela, subpólos portuários que actuem como centros de desenvolvimento distrital.

Assim, entendeu-se que a planificação portuária se devia orientar no seguinte sentido:

Considerar Luanda, Lobito e Moçâmedes, com as suas obras acostáveis pela navegação de longo curso e o seu vasto *hinterland*, como os portos principais da província;

Definir, de entre os restantes portos, os portos secundários, onde se construirão, se econòmicamente recomendável, também obras acostáveis pelo longo curso e que funcionarão como pólos de desenvolvimento regional;

Manter os restantes portos ao nível de portos secundários, preparando-os sòmente para a navega-

ção de cabotagem e onde o longo curso não parará e cujo actual movimento de exportação e importação será canalizado, por transporte terrestre ou cabotagem, para os portos principais ou secundários mais próximos.

No porto de Luanda prevê-se a conclusão da empreitada da construção dos 410 m do cais em curso, bem como a execução integral dos respectivos aterros e o início da construção das obras do porto mineiro de S. Pedro da Barra.

No programa de realizações prevê-se ainda a execução do ramal ferroviário que servirá o porto mineiro e aquisição de equipamento mecânico.

Considera-se também o estudo do porto de pesca e instalações petroleiras e possìvelmente o começo das respectivas obras.

Para o porto do Lobito encara-se especialmente o trabalho de defesa da restinga e a execução de dragagens para aterro dos mangais.

No aterro de Moçâmedes prevê-se o complemento das instalações acostáveis existentes.

Nos portos secundários prosseguirão os trabalhos de aproveitamento e valorização das instalações para servirem convenientemente a navegação de cabotagem.

Considera-se também que para a solução do problema de cabotagem se devem adquirir embarcações, prevendo-se neste Plano Intercalar a compra de batelões.

A necessidade da construção de um plano inclinado leva a considerar também esse encargo no triénio.

Finalmente, para melhoria da balizagem ao longo da costa e construção de sete novos faróis foi incluída no programa a necessária importância.

4) Transportes aéreos e aeroportos

53. Estabelecem-se como premissas fundamentais para a definição e escalonamento dos empreendimentos a levar a efeito durante o período de 1965–1973:

A conclusão, de acordo com os respectivos planos directores, dos trabalhos de adaptação dos aeroportos de Luanda e Nova Lisboa — classificados na rede nacional — ao tráfego regular e alternante de reactores de longo curso;

O completamento dos aeródromos da rede interna para o serviço dos aviões adoptados; equipamento adequado às suas funções.

Na rede interna consideram-se nos aeródromos os trabalhos de melhoramentos em superfícies operacionais, energia e sinalização luminosa e apetrechamento geral.

No presente Plano prevê-se também a aquisição de mais um avião *F–27*.

Simultâneamente, nos *DC–3*, e em consequência do aperfeiçoamento das infra-estruturas, verifica-se a necessidade de reformar os equipamentos de comunicação e de navegação, no sentido de aproveitar aquelas melhorias para uma mais aperfeiçoada e segura técnica de exploração.

No presente Plano inclui-se esta substituição de equipamento, que será acompanhada de modificações de carácter aerodinâmico (a fim de melhorar as características e segurança dos aviões) e de alterações na cabina (no sentido de obter uma versão carga-passageiros mais adequada às previsões do tráfego).

5) Telecomunicações

54. Em face da presente situação, justificam-se durante o triénio as realizações dos seguintes empreendimentos:

a) Edifício da central automática de Malanje, edifício para o Satélite Prenda, central automática de Catete, central automática de Ambriz, central automática do Caxito, central automática Satélite Prenda, ampliação *telex*, rede telefónica de Ambriz, rede telefónica do Caxito, ampliação da rede de Luanda e ampliação da central automática de Luanda;

b) 3.ª e 4.ª fases do edifício de Nova Lisboa, central automática de Vila Robert Williams, rede telefónica da mesma localidade, telefones para Benguela e para Lobito, equipamentos VHF General Machado-Nova Lisboa, equipamento VHF Mariano Machado-Cubal e VHF Lobito-Benguela;

c) Edifício de Sá da Bandeira, edifício de Moçâmedes, central automática de Sá da Bandeira e rede telefónica de Sá da Bandeira;

d) Edifício do Negage, edifício de S. Salvador, edifício para VHF Ambrizete-Santo António do Zaire, central automática de Ambrizete, central automática de Carmona, rede telefónica de Ambrizete, rede telefónica de Carmona e equipamentos VHF Ambrizete-Santo António do Zaire;

e) Equipamento SSB Serpa Pinto-Portugália-Luanda, 2.ª fase da rede secundária VHF, ampliação VHF Luanda-Nova Lisboa e ampliação Salazar-Cela-Nova Lisboa.

VII — Turismo

55. A província é rica de potencialidades turísticas.

O turismo, como indústria, carece de dois tipos de infra-estruturas: o alojamento e os meios de comunicação.

Quanto a alojamento, importa iniciar o estudo e a construção, em colaboração com as câmaras municipais, de parques de turismo, motéis, casas de fim de semana, instalações em praias e montanha, no prosseguimento das iniciativas locais que sejam aprovadas na planificação conjunta da província.

Além do alojamento, deve considerar-se o saneamento (água, luz e esgotos) e as estradas, cuja realização mais interesse ao turismo. Lembra-se, por exemplo, a urbanização e o transporte de água para a ilha de Mussulo; as estradas de Malanje às quedas do Duque de Bragança, de Sá da Bandeira à Tundavala e ao Bimbe, da Baía Farta à Baía Azul, em Benguela, de Moçâmedes à reserva de caça de Porto Alexandre, a melhoria das instalações das reservas de caça da Quissama, de Porto Alexandre e do Iona.

VIII — Habitação e melhoramentos locais

1) Habitação

56. O principal aspecto do problema habitacional de Angola é a sua complexidade, que exige, por um lado, uma efectiva e eficiente coordenação ao nível provincial por forma a evitarem-se duplicações de critérios e sobreposições na execução e, por outro lado, a definição de uma política habitacional a ser seguida, coordenada e ajustadamente, pelos sectores público e privado.

Ao problema parece serem aplicáveis as seguintes premissas:

a) Que a população a alojar o deve ser no núcleo urbano já existente nos próprios locais que ocupa hoje;

b) Que esse alojamento se deve efectuar em unidades de vizinhança de vida autónoma, com densidades mínimas de 180 habitantes por hectare, com uma população média de 5000 habitantes;

c) Com o alojamento das populações em unidades de vizinhança consegue-se um melhor equilíbrio social, que é difícil se continuar a seguir-se o sistema de bairros sociais, por nesses bairros quase só se alojar uma população socialmente uniforme.

57. Além dos objectivos enunciados, pretende-se incrementar o sistema da autoconstrução, como um dos investimentos mais válidos do desenvolvimento comunitário em curso.

Durante o triénio de 1965–1967 proceder-se-á à construção de bairros populares, edifícios e obras de carácter social, segundo o programa estabelecido pelo Governo.

2) Melhoramentos locais

58. São os seguintes os empreendimentos propostos:

Abastecimento de água a aglomerados urbanos e rurais.
Esgotos e saneamento.
Urbanização.
Defesa da cidade de Benguela contra as cheias.
Obras de correcção torrencial e defesa contra a erosão.

IX — Promoção social

1) Educação

59. A planificação do ensino tem de ser reconhecida como um processo contínuo que tem de ser objecto de um esforço constante de adaptação, de revisão e de aperfeiçoamento, a fim de ter em conta a evolução da conjun-

tura e das previsões, assim como do resultado de estudos pedagógicos.

Na elaboração dos planos e na sua realização, designadamente no que esta desenvolve de utilização das modernas técnicas auxiliares de pedagogia, há-de a metrópole servir de suporte a cada uma das províncias, que, cada uma de per si, não têm possibilidades de recrutar e de manter o corpo de técnicos necessários para o efeito.

A planificação contínua da actividade educativa tem de ser mantida em estreita ligação com o processo de desenvolvimento económico, de modo a tornar-se possível assegurar, no tempo e no espaço, uma concordância tão perfeita quanto possível entre a oferta e a procura no que respeita a cada tipo de capacidade profissional. Por outro lado, tem-se como indispensável a necessidade de envidar todos os esforços no sentido de manter um equilíbrio constante entre os diferentes graus de ensino (primário, secundário, médio e superior) e os diversos tipos de ensino (geral e profissional, literário, técnico e científico).

As exigências do desenvolvimento económico, seja qual for o ritmo a que este se processa, determinam a necessidade de todo o esforço, em matéria de educação, ser dirigido no sentido de dar maior importância ao ensino secundário e médio, sem deixar de considerar, no entanto, que a generalização progressiva da instrução primária constitui um fim em si próprio, independentemente dos seus efeitos sobre a actividade económica.

Além disso, dadas as vantagens substanciais e a curto prazo que determina no desenvolvimento económico, a educação de adultos deverá ser objecto de um vasto e intenso esforço, orientando este mais no sentido de um desenvolvimento da aprendizagem do que no prolongamento da escolaridade.

60. Os objectivos fixados para o ensino elementar básico são:

1.º Total escolarização no ensino primário num período máximo de vinte anos;
2.º Realização de programas de grande envergadura em matéria de educação de adultos;
3.º Elevação acelerada da actual taxa de escolaridade.

61. O crescimento da frequência do ensino secundário processou-se, na última metade do período de 1953–1962, à razão média anual de 16 por cento. Admitindo que este ritmo não diminua — e a difusão de ensino primário e a intensificação da exploração dos recursos económicos da província fazem, pelo contrário, prever que se acelere —, a população de ensino secundário atingirá, no fim do período do Plano Intercalar e nos dois quinquénios seguintes, estes valores:

1967–1968	26 000
1972–1973	46 000
1977–1978	82 000

A variação da frequência dos ensinos liceal e técnico nos últimos anos (a frequência do ensino técnico representava 36,7 por cento em 1957–1958 e 42,8 por cento em 1961–1962) revela a tendência para a relação se fixar em 50 por cento nos próximos anos.

O número de estabelecimentos escolares necessários para fazer face às populações indicadas dependerá do número médio de alunos previsto para cada um. Presentemente, a frequência média dos estabelecimentos de ensino secundário é de 600 alunos. Num futuro próximo, atendendo a que a extensão de ensino tenderá a aproximar este dos centros populacionais de menor importância, poderá calcular-se que a frequência média não venha a exceder 450 alunos, elevando-se depois a 600.

Nestas condições, o número de escolas de ensino secundário necessárias para fazer face ao crescimento da frequência prevista será o seguinte:

1967–1968	58
1972–1973	102
1977–1978	136

A localização destas escolas deverá ser fixada em função da execução do plano de extensão do ensino primário e dos programas de povoamento e de desenvolvimento económico.

62. Com base na análise das perspectivas de desenvolvimento dos diversos centros populacionais da província, em estudo feito em Angola, em 1962, sobre a expansão de ensino técnico — estudo que está presente nas conside-

rações feitas atrás —, conduziu ao estabelecimento do seguinte plano da criação de dezassete escolas até 1967:

Novo Redondo, Luanda, Teixeira da Silva, S. Salvador do Congo, Cubal, General Machado, Vila Nova de Celes, Porto Alexandre, Henrique de Carvalho, Caconda, Teixeira de Sousa, Artur de Paiva, Andulo, Camabatela, Serpa Pinto e Vila Folgares.

63. No que se refere ao ensino secundário e técnico e de acordo com a proposta apresentada pelo Governo da província, são as seguintes as construções previstas:

1.ª prioridade:

4 liceus.
2 escolas técniças elementares.
5 escolas comerciais e industriais.

2.ª prioridade:

2 institutos industriais.
2 institutos comerciais.
6 institutos comerciais e industriais.

3.ª prioridade:

2 escolas técnicas agrícolas.
1 escola industrial.
1 liceu.
8 escolas técnicas elementares.

Conta-se, além disto, com verbas necessárias a ampliações e reparações de estabelecimentos já existentes e para construção de lares de estudantes.

64. Por outro lado, considera-se como condição essencial da efectivação do programa referido desenvolver em moldes adequados a preparação do pessoal docente exigido pelos vários graus de ensino com o elevado nível que é da tradição nacional.

2) Saúde e assistência

65. O plano de realizações previsto para o triénio de 1965-1967 engloba todos os sectores em que se subdivide a actividade dos serviços, mas com amplo predomínio daquelas que se situam no sector de saúde pública e da medicina preventiva.

Deste modo, embora se promova a melhoria e alargamento das instalações hospitalares, para proporcionar uma maior assistência clínica à população, dá-se um relevo especial às campanhas sanitárias, à preparação dos técnicos necessários, ao alargamento de quadros, aos meios de deslocação, etc., através dos quais se procurará o saneamento do meio físico, o combate às doenças transmissíveis e a educação sanitária das populações, tendo como objectivo final a sua promoção social acelerada e a elevação consequente do nível de rigidez dos seus componentes.

Há que acelerar a formação do pessoal técnico auxiliar nos domínios da profilaxia, educação sanitária e da assistência rural, nomeadamente no que respeita à educação familiar doméstica e ao desenvolvimento comunitário.

66. Mas, se estes problemas são parte da nossa preocupação, não menos flagrante é a actividade a desenvolver no combate às endemias e no campo da recuperação médica.

Assim, referem-se as prioridades como se segue:

a) Profilaxia através de desenvolvimento das campanhas sanitárias em todos os seus aspectos;
b) Assistência na velhice, na invalidez e na recuperação médica dos fisicamente diminuídos;
c) Formação acelerada do pessoal técnico e do alargamento dos seus quadros.

O primeiro e fundamental objectivo a conseguir-se no campo da acção social é atingir a indispensável coordenação de todos os organismos e instituições, quer públicas, quer privadas, que promovam actividades directa ou indirectamente enquadradas no âmbito da acção social.

Depois, torna-se imperioso definir concretamente as atribuições dos órgãos executantes, por forma a evitarem-se duplicações, desperdício de meios, etc.

. . . . . .

3) Radiodifusão

67. O objectivo principal neste sector é prosseguir a execução do plano de radiodifusão de Angola oportunamente aprovado, no sentido de:

a) Completar e melhorar a rede de emissores da província;

b) Aumentar a capacidade de recepção e escuta;
c) Melhorar as instalações nos centros receptores;
d) Apoiar e estimular a expansão dos emissores regionais.

Investimentos programados para a província de Angola para o período de 1965-1967

QUADRO VII

1) Resumo por sectores

Empreendimentos	Contos
I — Conhecimento científico do território e das populações, investigação científica e estudos de base	248 000
II — Agricultura, silvicultura e pecuária	640 000
III — Pesca	370 000
IV — Energia	850 000
V — Indústria	2 068 000
VI — Transportes e comunicações	1 930 000
VII — Turismo	24 000
VIII — Habitação e melhoramentos locais	260 000
IX — Promoção social	820 000
Total	7 210 000

QUADRO VIII

2) Desenvolvimento por empreendimentos

Empreendimentos	Contos
I — Conhecimento científico do território e das populações, investigação científica e estudos de base	*248 000*
1) Conhecimento científico do território	118 000
a) Cartografia geral	108 000
b) Hidrologia	4 000
c) Meteorologia	6 000
2) Investigação científica	90 000
a) Instituto de Investigação Científica	60 000

Empreendimentos	Contos
b) Laboratório de Engenharia Civil	30 000
3) Estudos de base	40 000
II — Agricultura, silvicultura e pecuária	*640 000*
1) Carta de solos	40 000
2) Investigação básica	64 000
3) Fomento dos recursos agro-silvo-pastoris	176 000
4) Esquemas de regadio e povoamento	270 000
5) Comercialização e armazenagem	30 000
6) Crédito agrícola	60 000
III — Pesca	*370 000*
1) Investigação e assistência técnica	30 000
2) Pescas	150 000
3) Regularização do abastecimento interno do pescado e instalações de terra	190 000
IV — Energia	*350 000*
1) Estudos, produção, transporte e distribuição	168 000
a) Estudos	24 000
b) Produção	34 000
c) Transporte e distribuição	110 000
2) Cobertura de empreendimentos já realizados	350 000
a) Cambambe	220 000
b) Lomaum	130 000
3) Aproveitamento do rio Cunene	332 000
a) Estudos	5 000
b) Produção	227 000
c) Transporte e distribuição	100 000
V — Indústria	*2 068 000*
1) Indústria extractiva	150 000
a) Carta geológica	69000
b) Aproveitamento de meios de obtenção de água doce	51 000
c) Fomento mineiro (prospecção, etc.)	30 000

Empreendimentos	Contos
2) Indústria transformadora	1 918 000
a) Estudos	–
b) Ampliação, renovação e criação de novas indústrias	1 418 000
c) Participação no capital accionista de sociedades de financiamento e desenvolvimento	500 000
VI — Transportes e comunicações	*1 950 000*
1) Transportes rodoviários	850 000
2) Caminhos de ferro	557 000
a) Caminho de ferro do Congo	1 500
b) Caminho de ferro de Luanda	120 000
c) Caminho de ferro de Moçâmedes	29 000
d) Ramal de Oci-Tchamutete (Cassinga)	406 500
3) Portos e navegação	278 000
a) Porto de Luanda	150 000
b) Porto do Lobito	17 000
c) Porto de Moçâmedes	32 000
d) Outros portos	30 000
e) Navegação fluvial e costeira	15 000
f) Carenagem	25 000
g) Farolagem	9 000
4) Transportes aéreos e aeroportos	200 000
5) Telecomunicações	45 000
VII — Turismo	*24 000*
1) Estudos, planeamento e realização de melhoramentos de turismo	24 000
VIII — Habitação e melhoramentos locais	*260 000*
1) Habitação	129 000
2) Melhoramentos locais	131 000
IX — Promoção social	*820 000*
1) Educação	540 000
2) Saúde e assistência	250 000
3) Radiodifusão	30 000
Total	**7 210 000**